

Revolução educacional

Estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas em Educação (Inep) exibe realidade bem distante das projeções lançadas nas políticas governamentais. Ainda que os padrões educacionais tenham alcançado, em algumas áreas, níveis superiores aos projetados no início da década, no geral avançaram em ritmo e qualidade inferiores às necessidades do país. Muitos desafios persistem para que sejam removidos os fatores de atraso na formação dos quadros indispensáveis às exigências do desenvolvimento no próximo século.

Não obstante a Constituição de 88 (artigo 212) haver compelido a União a aplicar no desenvolvimento do ensino nunca menos de 18% da receita de impostos, e aos estados e municípios o mínimo de 25%, a verdade é que os percentuais quase sempre foram desobedecidos. O preceito constitucional se mostrou de eficácia contida. Em alguns casos, por falta de energia nas decisões políticas; em outros, à força da crise financeira que avassala o poder público de modo histórico.

As previsões elaboradas com horizonte em 2008 situam a redução da evasão escolar para 2%. A repetência cairia de 29% para 23%. Mais de dez milhões de adolescentes entre 15 e 17 anos, espera-se, deverão estar cursando o 2º Grau. O problema é que o panorama atual, visto como resultado das tendências, não autoriza a conquista de metas da espécie. Para formar idéia segura sobre o problema, basta ver que, em dezoito anos, a evasão declinou apenas 2%.

Quanto à qualidade do ensino os dados

são desanimadores. Nada menos de 53,8% dos professores do 1º Grau não possuem curso superior. Uma mudança no quadro humilhante, com prazo fixado em 2008, exigiria o envio de 820 mil professores às universidades nos próximos dez anos. Seriam quase cem mil a cada ano. Outra grave disfunção reside no fato de que na 1ª série do 1º Grau 40% dos estudantes chegam tarde à escola. E na 5ª série 55,6% ultrapassam a média de idade para o nível.

As perspectivas que se abrem ao Brasil no século XXI sugerem interrogação sobre os estágios de desenvolvimento coerentes com a velocíssima revolução tecnológica em curso. O Plano Nacional de Educação contempla os cenários que deverão consolidar-se na primeira década pós-2000. Mas a anteviçao do futuro supõe o esforço a ser empreendido para que se crie a infra-estrutura humana apta a transformá-la em realidade.

Nenhum país pode aspirar às conquistas mais altas da civilização industrial, prodigalizadoras do bem-estar e da justiça social, se lhe faltarem os quadros profissionais habilitados a produzir e utilizar avanços tecnológicos. E não há como prepará-los a não ser mediante a qualificação crescente dos métodos educacionais e da universalização do acesso ao ensino.

As preocupações do Inep se enquadram na visão do horizonte próximo. Mas o atraso do Brasil em relação às economias centrais é tão grande que, para reduzi-la nos próximos dez anos, será necessário deflagrar, já, agora, verdadeira revolução educacional.